

19 OUT 1994

Congresso

4 — JORNAL DA TARDE

JORNAL DA TARDE

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



fundado em 1875

**JÚLIO MESQUITA**  
 (1891 - 1927)

**JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
 (1927 - 1969)

## Diretor Responsável

**RUY MESQUITA**

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 Ruy Mesquita  
 César Tácito Lopes Costa  
 José M. Homem de Montes  
 Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Leão Serva

## Editor Chefe

Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## Oposição aponta o caminho

Curiosamente, é da oposição que têm partido algumas das melhores sugestões para se apressar o início das negociações sobre as reformas estruturais indispensáveis à continuidade do Plano Real, nas quais, por isso mesmo, os primeiros interessados deveriam ser tanto o atual como o próximo governo e as forças que os sustentam. A mais recente delas veio do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que propõe a formação de uma comissão parlamentar que deflagre o debate e proponha mudanças no sistema tributário nacional.

A sugestão está sendo apresentada ao colégio de líderes do Congresso, que deve decidir a pauta de trabalho para as próximas semanas. Se ela vingar, terá sido dado um passo importante. A idéia do deputado pedetista é que essa comissão comece desde logo a ouvir tanto os atuais governadores como os seus sucessores já eleitos, para que exponham suas sugestões e debatam com o Legislativo as mudanças que julgam necessárias na legislação sobre arrecadação e distribuição de tributos.

Miro Teixeira argumenta que, mesmo que não haja tempo ou que se considere inconveniente, por uma ou outra razão, votar ainda este ano alguma reforma, "o fato de estarmos há menos de três meses da posse do novo presidente recomenda que se abra uma discussão profunda, cujas conclusões podem virar dispositivos constitucionais logo no início do próximo ano". Ao dar ênfase à necessidade de se desencadear, dessa maneira, o andamento das reformas, ele toca no ponto fundamental.

Políticos ligados tanto ao atual como ao futuro presidente encaram com ceticismo — opinião, aliás, compartilhada por importantes lideranças dos mais variados partidos — a possibilidade de se começar a aprovar ainda em 94 as emendas constitucionais requeridas pelas reformas. O ceticismo é mais do que justificável, porque, além do pouco tempo que resta e da necessidade de votar matérias importantes, como

os Orçamentos de 94 e 95 e a medida provisória do real, a realização de segundo turno em vários Estados deve manter afastado de Brasília um bom número de parlamentares.

Isto não impede, contudo, que se procure ganhar tempo. O início da discussão das reformas, como preconiza Miro Teixeira, permitiria que, ao se instalar a próxima legislatura, já se tivesse uma idéia clara das propostas que contam com o apoio da maioria. Se se adiar essa tarefa para o próximo ano, vai-se perder um tempo precioso, sem nenhuma justificativa. E, se a população e os agentes econômicos perceberem que as reformas podem se arrastar no Congresso, colocando em risco a continuidade do Plano Real, a credibilidade do próximo governo pode ficar comprometida logo no seu início.

Embora tudo isso esteja muito claro, importantes lideranças do PSDB ainda insistem em considerar a hipótese de se reabrir, através de emenda constitucional, a revisão abortada no ano passado. O ideal realmente seria que se pudesse reabri-la, com votação unicameral e maioria absoluta, em vez dos três quintos exigidos para emendas constitucionais. O problema, como bem lembra o senador Esperidião Amin (PPR-SC) — outro parlamentar que, embora de oposição, também está empenhado nas reformas —, é que isso levará a uma disputa jurídica que pode atrasar as reformas, pois o Supremo Tribunal Federal já deu sinais de que esta solução é inconstitucional.

Iniciar, desde já, as negociações sobre as reformas, nos termos propostos por Miro Teixeira, ou em outros semelhantes ou equivalentes, parece, portanto, a esta altura, o melhor caminho e seria bom que as forças que sustentam o atual e o próximo governo dessem ouvidos à oposição, cujo comportamento nesse caso atende perfeitamente a seus interesses e aos do País.